

DIALOGANDO ENTRE O ENSINO DE GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: A PARTIR DE UMA ATIVIDADE DE INTERVENÇÃO NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Daniel Chaves Ferreira ¹
Luana Dias de Oliveira ²
George Bezerra Pinheiro ³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo investigar como uma atividade de intervenção que aborda a educação para as relações étnico-raciais pode aprimorar o ensino de Geografia, promovendo um pensamento mais crítico entre os alunos. A metodologia empregada incluiu inicialmente um levantamento bibliográfico sobre o tema, analisando trabalhos de autores como Alves (2023), Oliveira (2009) e Santos (2009), bem como as leis nº 10.639/03 e 11.645/08. Adotando uma abordagem qualitativa, exploratória sobre o tema, com o procedimento de pesquisa participativa através da atividade de intervenção, realizada no âmbito do Programa Residência Pedagógica (PRP) do curso de licenciatura em Geografia do Instituto Federal do Ceará, Campus Crateús (IFCE), com turmas do 9º ano, do ensino fundamental da Escola de Cidadania Antonio Anísio da Frota (CAIC) localizada na periferia da cidade. A dinâmica da atividade diferente do habitual, aplicando as proposições “24 por 7 Desembolando o Racismo no Cotidiano” e “Círculo Musical”, presentes no caderno de uma oficina de “Proposituras para uma Educação Antirracista”. Promovendo um pensamento crítico entre os alunos sobre o racismo estrutural e suas manifestações no cotidiano, sensibilizando e incentivando a reflexão e o diálogo sobre essas questões no contexto escolar. Trazendo um desenvolvimento do pensamento geográfico e da consciência espacial dos alunos, capacitando-os a interpretar tanto o espaço quanto a sociedade. Por meio dessa interdisciplinaridade, os alunos puderam responder às necessidades de colaboração com a sociedade, compreendendo de maneira mais holística a formação territorial brasileira. Além disso, a intervenção proporcionou uma visão mais clara da diversidade étnico-racial presente na escola, incentivando os professores a revisarem o currículo e as práticas pedagógicas em sala, adotando uma abordagem pedagógica e política. Assim, a educação se posiciona como uma ferramenta essencial na promoção da igualdade e na superação das desigualdades raciais.

Palavras-chave: Atividade de intervenção, Educação antirracista, Ensino de geografia, Interdisciplinaridade, Relações étnico-raciais.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo investigar como uma atividade de intervenção voltada para a educação das relações étnico-raciais pode contribuir para o aprimoramento do ensino de Geografia, promovendo um pensamento crítico entre os alunos. A análise se baseia em uma intervenção específica realizada no âmbito do Programa de Residência Pedagógica (PRP), financiado pela CAPES, vinculado ao curso de licenciatura em Geografia do Instituto

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia Instituto Federal do Ceará (IFCE), Campus Crateús, daniel.chaves.ferreira06@aluno.ifce.edu.br;

² Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia Instituto Federal do Ceará (IFCE), Campus Crateús, luana.dias.oliveira08@aluno.ifce.edu.br;

³ Orientador. Professor Mestre, Licenciado em Geografia pela UFC, Campus Fortaleza, Mestre em Políticas Públicas em Saúde pela FioCruz, Escola de Governo Brasília, george.pinheiro@ifce.edu.br.

Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Campus Crateús, durante um regência na Escola Antônio Anísio da Frota (CAIC). A temática abordada diferente do habitual foi a educação para as relações étnico-raciais na disciplina de Geografia, com ênfase no Racismo à Brasileira, aplicando as proposições “24 por 7 Desembolando o Racismo no Cotidiano” e “Círculo Musical”, presentes no caderno de uma oficina de “Proposituras para uma Educação Antirracista”.

Este artigo reflete sobre uma geografia de forma integrada, unindo os elementos geográficos com os marcadores sociais, demográficos, étnicos e os outros fatores abrangidos pela ciência geográfica. Assim, promovendo a interdisciplinaridade da geografia, fomentando o diálogo entre seus diversos campos de estudo, visando o desenvolvimento do pensamento geográfico e da consciência espacial crítica entre os alunos que participaram da atividade de intervenção. Essa perspectiva capacita os estudantes a interpretar o espaço e a sociedade de maneira mais aprofundada, permitindo-lhes atuar como agentes de mudança social, respondendo às necessidades de colaboração tanto com a sociedade quanto com o meio ambiente.

A justificativa para pesquisar o tema baseia-se na importância de promover ações no ensino de Geografia que abordem as relações étnico-raciais, buscando estabelecer uma abordagem interdisciplinar. Isso estimula uma reflexão sobre a forma como ensinamos Geografia, contribuindo para uma melhor compreensão da disciplina e de suas abordagens. Além disso, essa perspectiva incentiva a revisão do currículo e das práticas pedagógicas em sala de aula, adotando uma postura pedagógica crítica e política que reconheça a relevância da dimensão política na educação básica.

Dessa forma, a metodologia adotada incluiu, em um primeiro momento, um levantamento bibliográfico abrangente sobre o tema, com a análise de obras de autores como Alves (2023), Oliveira (2009) e Santos (2009), entre outros. Também foram examinadas as legislações nº 10.639/03 e 11.645/08, além do Parecer nº 3, de 10 de março de 2004, do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Assim, visando desconstruir preconceitos e proporcionar uma educação mais inclusiva e equitativa, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes da diversidade cultural e social do Brasil.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e exploratória sobre o tema, utilizou-se o procedimento de pesquisa participativa por meio de uma atividade de intervenção, realizada em 11 de março de 2024, no âmbito do Programa Residência Pedagógica (PRP), do curso de licenciatura em Geografia do Instituto Federal do Ceará (IFCE), Campus Crateús. A intervenção foi conduzida com duas turmas do 9º ano do ensino fundamental da Escola de



Cidadania Antonio Anísio da Frota (CAIC), localizada no bairro Cidade Nova, periferia da cidade de Crateús-CE.

Crateús, tem 192 anos de emancipação política e faz parte da Mesorregião dos Sertões Cearenses e da Microrregião do Sertão de Crateús. Em 2022, sua população era de aproximadamente 76.390 habitantes, com uma densidade demográfica de 25,62 habitantes por quilômetro quadrado. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010 era de 0,644 (IBGE, 2022).

Em 2010, a taxa de escolarização para crianças de 6 a 14 anos era de 97,5%. Em 2021, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) na rede pública foi de 6,5 para os anos iniciais do ensino fundamental e 5,3 para os anos finais. Em 2023, havia 46 estabelecimentos de ensino fundamental e 9 de ensino médio. Nesse mesmo ano, o número de matrículas no ensino fundamental foi de 8.944, enquanto no ensino médio totalizou 3.273. (IBGE, 2023)

A escola CAIC oferece ensino infantil e fundamental em período integral e é uma das instituições selecionadas para participar do Residência Pedagógica. (QEDU, 2024)

Dessa forma, a atividade de intervenção foi organizada a partir do convite do professor de Geografia da escola e tutor do PRP. Sendo assim, a atividade foi motivada a partir das observações da realidade desafiadora enfrentada pela escola, que inclui questões significativas de desigualdade socioeconômica e sócio emocional entre os alunos. Entende-se que a situação da escola reflete as profundas desigualdades sociais, presentes no bairro Cidade Nova, na periferia de Crateús, onde a escola CAIC está situada. Uma grande proporção das famílias é de baixa renda, predominantemente composta por trabalhadores e trabalhadoras, muitas das quais são negras.

Assim, os alunos enfrentam diversos desafios em casa, incluindo a falta de apoio familiar, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, como os de famílias chefiadas por mães solo e de baixa renda. Por isso, é essencial que os educadores em formação compreendam as diferentes realidades e necessidades dos alunos, desenvolvendo uma visão crítica e sensível das múltiplas condições sociais que impactam o processo educacional.

Ademais, a atividade de intervenção ocorreu com duas turmas de 9º ano, realizada no auditório da escola CAIC, teve duração de aproximadamente 2 horas e 30 minutos e contou com a participação de cerca de 50 alunos da instituição. O tema central foi a educação das relações étnico-raciais na Geografia, com a abordagem do Racismo à Brasileira, focando na desigualdade e no racismo espacializado.



Utilizando como ferramenta didática um caderno de “Proposituras para uma educação antirracista” que abrange a necessidade de atividades de intervenções que abordem a questão étnico-racial dentro da escola, que envolvem diferentes temáticas como a literatura, o podcast, a música e os jogos educativos sempre voltado para as questões étnico raciais. O caderno foi criado por membros do NEPEEC (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação e Cultura), cuja linha de pesquisa aborda questões de gênero, relações étnico-raciais e políticas educacionais do IFCE - Campus Crateús (ALVES, 2023).

A atividade de intervenção também contou com dois projetos, o primeiro intitulado, “24 por 7 Desembolando o racismo cotidiano”, um jogo no qual se avança no tabuleiro jogando um dado de seis lados. As casas são baseadas em situações que mulheres e homens negros, pobres e moradores de periferia, vivenciam na sociedade brasileira cotidianamente. O segundo, intitulado “Projeto Círculo Musical” não apenas contribui para a difusão da oralidade como ferramenta de produção de conhecimento, trabalhando emoções, expressões e subjetividade através da música, mas também desempenha um papel crucial na mediação da aprendizagem dos alunos por meio do gênero musical Rap. Este projeto facilita a problematização, investigação e reflexão sobre as músicas em relação às matrizes curriculares, reconhecendo a oralidade e os recursos audiovisuais como elementos potencializadores da produção de conhecimento.

A organização da atividade de intervenção se deu da seguinte forma, uma hora para o levantamento sobre o tema da educação das relações étnico-raciais na Geografia, com a abordagem do Racismo à Brasileira, focando na desigualdade e no racismo espacializado, contando com recursos como slides expositivos, microfone, caixa de som, notebook, o tabuleiro do jogo 24 por 7, dados de 6 lados e o caderno da oficina "Propostas para uma Educação Antirracista", que foi doado ao professor de Geografia ao final da atividade. Em seguida, os alunos se envolveram no desenvolvimento dos dois projetos, participando do jogo de tabuleiro por 30 minutos. Logo após, desfrutaram de um momento musical com duas canções, a primeira sendo “Canção Infantil” de Cesar MC e "Negro Drama" do Racionais. Posteriormente, dedicamos 30 minutos para uma reflexão sobre as músicas e, por fim, reservamos um momento para discutir a atividade intervenção como um todo e escuta do feedback dos alunos.

Dessa forma, a atividade de intervenção ganha relevância para esse contexto escolar específico, buscando oferecer uma visão histórica que considera a forma como a sociedade brasileira se estrutura territorialmente e como certos grupos populacionais foram



historicamente precarizados e discriminados. O objetivo é permitir que esses processos sejam vivenciados e observados no espaço e na paisagem cotidiana.

A partir disso, é possível compreender que a geografia, tanto como ciência enquanto disciplina, abrange um vasto espectro de conhecimento. No entanto, as abordagens apresentadas em muitos livros didáticos das escolas públicas estaduais e municipais tendem a simplificar essa área do saber, apresentando-a de forma dicotômica e descritiva, negligenciando as interações essenciais entre os aspectos naturais e sociais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao abordar as relações étnico-raciais na geografia por meio da atividade de intervenção, não só enriquece o repertório dos alunos, mas também promove uma compreensão mais ampla e crítica do mundo ao seu redor. Freire (1996, p. 15) destaca:

Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos?.

A exploração desse tema capacita os alunos a desenvolver novas perspectivas sobre o espaço em que vivem e a entender de forma mais profunda a dinâmica territorial do Brasil. Isso envolve adotar uma abordagem que permita aos alunos compreender a formação territorial brasileira de maneira holística, além de reconhecer a complexa distribuição populacional do país, marcada por desigualdades. Ademais, a atividade proporciona uma visão mais clara da diversidade étnico-racial presente em diferentes territórios, muitos dos quais são símbolos de resistência contra as injustiças sociais.

Surgiu ainda da necessidade de entendermos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em diálogo com as relações étnico-raciais, considerando-se que há a garantia da aplicabilidade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo da geografia da escola. Nesse sentido, ao considerar a importância das relações étnico-raciais no ensino de geografia, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deve adotar princípios alinhados com as diretrizes estabelecidas pelo Brasil (2004), os quais servirão como base para orientar a integração dessas questões nas práticas pedagógicas das disciplinas. Apesar de reconhecer as possibilidades de diálogo entre a geografia e as relações étnico-raciais, a BNCC, muitas vezes restringe essa abordagem, resultando na escolha seletiva e na invisibilidade de certas temáticas. Dada a vasta gama de tópicos que engloba essa disciplina, é

factível que a geografia aborda essas questões de forma mais ampla e inclusiva, até mesmo contribuindo com reflexões que não estão contempladas na base curricular.

Além da atuação em sala de aula, a escola desempenha um papel crucial na efetivação das temáticas relacionadas às relações étnico-raciais, assegurando sua aplicação prática e concreta.

Como traz, Brasil, (2024, p. 06):

A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários. Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos.

Dentro desse contexto, é vital que tanto a escola quanto os professores assumam um compromisso sólido com o processo de conscientização e emancipação dos educandos. Para atingir esse propósito, é imprescindível reconhecer que somente por meio de abordagens como a pedagogia libertadora e/ou histórico-crítica é possível compreender a lógica imperativa de dominação e transcender essa realidade diante das contradições entre capital e trabalho (TONET, 2016).

Dessa forma, é essencial que os professores dediquem atenção à sua própria formação, refletindo sobre como estão abordando a temática na escola e como a instituição educacional e outras organizações lidam com esse assunto. Este processo de reflexão contínua é fundamental para aprimorar as práticas pedagógicas e garantir uma educação mais inclusiva e emancipadora para todos os alunos. Como destaca Farias (2006, p. 75). “pode-se dizer que o motor da prática reflexiva crítica não é o conforto pessoal do professor, mas o comprometimento com a emancipação cultural, política e social, tanto sua quanto de seus alunos”.

É crucial assegurar a implementação plena das leis 10.639/03 e 11.645/08 na base curricular, levando em consideração também a recomendação de Brasil (1996), que ressalta a importância da inclusão de temas relacionados à história e cultura afro-brasileira e indígena em todos os aspectos do currículo escolar. Essas leis atuam de maneira complementar como instrumentos de reparação histórica e avanço das políticas afirmativas, que ainda têm muito a progredir para promover uma maior igualdade social.

Ao discutir currículos, conteúdos, propostas e práticas pedagógicas, a lei 10.639, observada por Santos (2009, p. 20):



[...] enseja uma reflexão crítica acerca de como essas questões são tratadas dentro do ensino de geografia, no intuito de que este saber, fundamental na construção de visões de mundo e de comportamentos e posicionamentos, contribua com o projeto de “educar para a igualdade racial”

É imprescindível que a base curricular evidencie de forma clara e abrangente as relações étnico-raciais, fornecendo assim um arcabouço sólido para que os residentes e professores possam perceber e abordar essas questões de maneira eficaz. Isso não apenas facilitará a identificação dessas proposições pelos educadores, mas também os convida imediatamente a refletir sobre a temática tanto durante a elaboração do plano de aula quanto em sua prática docente na escola. Além disso, ao integrar de forma explícita as relações étnico-raciais na base curricular, os professores serão encorajados a desenvolver abordagens mais inclusivas e sensíveis à diversidade cultural, promovendo assim uma educação mais equitativa e alinhada com os princípios de justiça social.

No ensino de Geografia a discussão possui extrema relevância, pois como nos traz Couto (2021, p.214):

Não se pode negar as transformações que o mundo vem sofrendo nas últimas décadas em relação ao conteúdo social. Hoje, pautas importantes são levantadas por militantes que tentam desconstruir um padrão hegemônico de sociedade, o qual se fundamenta em um modelo Ocidental-hétero-normativo-branco-cristão. Nesse cenário, surgem pautas como o respeito às diversidades de gênero; pautas feministas das mulheres que lutam por igualdade de direitos e pelo fim do patriarcado que reproduz o machismo e a violência contra a mulher; pautas como o direito dos povos originários das Américas e o direito à vida da população negra que luta contra o racismo que mata, daí o slogan “vidas negras importam”. É em meio a esse debate que a Geografia crítica deve ganhar destaque em sala de aula como a disciplina capaz de integrar os diversos conhecimentos para explicar o mundo e sua complexidade.

Nesse sentido, é evidente a importância da Geografia na desconstrução de conhecimentos ultrapassados que foram historicamente produzidos, enraizados e reproduzidos. A disciplina tem o potencial de promover a reflexão crítica e a atuação dos estudantes frente a questões sociais, já que a ciência geográfica possui um caráter interventor claro, ao analisar o espaço geográfico, que é constantemente vivenciado. Assim, pode-se afirmar que a Geografia escolar é uma ferramenta crucial para o desenvolvimento de práticas anti-racistas no ambiente educacional

A Geografia é uma ciência com ampla abrangência devido ao seu objeto de estudo, o espaço geográfico. Essa característica a torna um aliado importante na discussão das questões étnico-raciais, permitindo que os conteúdos abordados incluam uma perspectiva mais atenta às diversas vivências e saberes. Como expressa Oliveira (2009 p. 3).

[...]O desenvolvimento da Lei Federal 10.639/03, solicitou uma nova responsabilidade social a ciência geográfica, sobretudo, a geografia escolar, que junto a outras disciplinas, tem uma responsabilidade de (des)construir os



estereótipos negativos sobre os afro-brasileiros, sobre a África e sobre os espaços afro-brasileiros.

Como já mencionado, a inclusão da temática indígena na escola também demandou mudanças significativas na educação geográfica. Rodrigues (2017 p.6) reflete:

[...] A presente legislação reforça a ideia da diversidade cultural e étnica do Brasil. Da mesma forma vem contribuir para a superação de visões equivocadas ainda presente no meio acadêmico e educacional a respeito da “evolução” ou “perda” cultural das populações nativas. Essas visões herdadas, principalmente, do Evolucionismo e do Positivismo característicos do século XIX ou então do Etnocentrismo que até hoje continua impregnado na cultura ocidental.

Reconhecendo esse potencial, o currículo pode ser uma ferramenta crucial de planejamento para promover uma educação antirracista por meio de práticas de ensino. No contexto do ensino de Geografia, as propostas de discussão sobre a temática étnico-racial oferecem direcionamentos valiosos, apresentando possibilidades para integrar essa abordagem de forma abrangente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nesse referencial teórico sobre a importância de discutir as relações étnico-raciais no ensino de Geografia e na atividade de intervenção que promove o diálogo entre o ensino de Geografia e a educação para as relações étnico-raciais no chão da escola, alcançando alguns resultados.

Durante a atividade de intervenção, percebe-se que os alunos tinham pouco conhecimento sobre a temática das relações étnico-raciais. Pois, ao contextualizar o racismo à brasileira, ficou evidente o baixo envolvimento dos alunos com o tema.

Quando foi apresentada a primeira proposta do jogo "24 por 7: Desembolando o Racismo Cotidiano", que trata do racismo principalmente no contexto urbano, o entusiasmo dos alunos foi outro. Por se tratar de um jogo competitivo, onde o objetivo era chegar primeiro ao final, os alunos se envolveram ativamente. Para avançar no tabuleiro, eles precisavam relatar algum episódio de racismo que tivessem vivenciado, seja na escola, em casa ou na rua. Durante o jogo, surgiram relatos fortes sobre o racismo, e o professor aproveitou esses momentos para explicar questões importantes relacionadas ao tema.

Durante a proposta do “Projeto Círculo Musical”, com as músicas "Canção Infantil" de Cesar MC e "Negro Drama" dos Racionais, os alunos participaram ativamente, cantando a maior parte do tempo, especialmente "Negro Drama", com a qual se envolveram emocionalmente. Essa conexão foi notável, pois a letra da música reflete a realidade de muitos deles, abordando questões como desigualdade, racismo e superação. A experiência



proporcionou um espaço de identificação e expressão, reforçando a importância da música como ferramenta pedagógica e de conscientização.

Em relação à influência dos professores, percebemos que, para que os alunos desenvolvam um pensamento crítico sobre sua realidade cotidiana, especialmente no que diz respeito ao racismo espacializado, os professores de geografia devem adotar uma postura decididamente antirracista. Isso implica romper com a lógica eurocêntrica tradicional do ensino, que historicamente marginalizou as perspectivas e contribuições de outras culturas e etnias. É essencial reconfigurar as relações étnico-raciais, valorizando a diversidade e reconhecendo a existência de diferentes narrativas e experiências.

Nesse contexto, percebemos que a escola também desempenha um papel central. Isso exige a seleção e produção de materiais didáticos mais inclusivos e representativos, como os utilizados na atividade de intervenção, que deem visibilidade aos conhecimentos e perspectivas de autores negros e de outras minorias étnicas. Além disso, é fundamental buscar uma formação qualificada que não apenas reconheça a importância, mas também a urgência da temática das relações étnico-raciais, seguindo as legislações que orientam o ensino dessas questões (SANTOS ;SANTOS, 2020).

Além disso, é crucial adotar uma postura crítica em relação ao uso do livro didático, entendendo que seu conteúdo não reflete o currículo escolar de maneira abrangente. É necessário buscar materiais que explorem imagens, gráficos e símbolos de forma a evidenciar a negritude e outras identidades étnico-raciais, promovendo a valorização da diversidade. Da mesma forma, a pesquisa e a linguagem cinematográfica podem ser utilizados como recursos didáticos eficazes, com foco em narrativas protagonizadas por pessoas negras, oferecendo uma visão mais inclusiva e representativa da sociedade.

Ao investigar o processo de discussão da educação para as relações étnico-raciais no ensino de Geografia, é essencial entender essas abordagens como um resultado geral. Isso implica compreender o propósito e a necessidade de abordar esses temas na Geografia. O entendimento desse movimento, que surge da culminância dessas atividades, é promovido por meio da implementação de uma educação antirracista na escola e no ensino. Assim, promover uma educação antirracista envolve criar um ambiente escolar que combata as discriminações, tanto dentro quanto fora da sala de aula, por meio do conhecimento e da conscientização.

A educação para as relações étnico-raciais no ensino de Geografia é marcada por uma complexa rede de aspectos que envolvem a instituição, os professores, a formação, o currículo, os posicionamentos políticos, as crenças pessoais e a motivação. Esses fatores se concretizam nas ações e práticas diárias no ambiente escolar, com o objetivo de combater



conhecimentos e atitudes discriminatórias que, muitas vezes, são ofensivas, violentas e preconceituosas em relação aos povos indígenas, africanos, quilombolas e à população afro-brasileira. Como destaca Anjos (2005, p.177):

Nesse sentido, essa disciplina assume grande importância dentro da temática da pluralidade cultural no processo de ensino, sobretudo no que diz respeito às características dos territórios dos diferentes grupos étnicos e culturais que convivem no espaço nacional, assim como aponta as espacialidades das desigualdades socioeconômicas e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, ou seja, possibilita ao aluno um contato com um Brasil de uma geografia complexa, multifacetada e cuja população não está devidamente conhecida.

A abordagem específica para trabalhar e refletir sobre o espaço é uma ferramenta fundamental para compreender a dinâmica geográfica de um país marcado pela colonização, cujos legados ainda se manifestam nas espacialidades contemporâneas e nas relações sociais atuais. Por isso, é crucial entender como o ensino de Geografia se relaciona com esses aspectos, que influenciam direta ou indiretamente a ciência geográfica. Esse entendimento revela o imenso potencial do ensino de Geografia para propor práticas que desafiem e rompam com a discriminação dentro da sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, essa pesquisa mostra as possibilidades do ensino de geografia para a educação das relações étnico-raciais e como essa interdisciplinaridade é de suma importância dentro do contexto escolar, para que os alunos tenham um olhar mais crítico e histórico da desigualdade no espaço e território em que vivem e se relacionam.

De fato, ao abordar as relações étnico-raciais, somos desafiados a sair da zona de conforto no trabalho pedagógico, pois isso requer uma abordagem cuidadosa e sistemática. É necessário não apenas reconhecer a existência da diversidade racial, mas também nos comprometer com uma análise crítica das estruturas sociais e históricas que perpetuam as desigualdades. Além disso, essa abordagem nos convida a explorar outras formas de pluralidade, como questões de gênero, classe social, sexualidade e deficiência, ampliando nossa compreensão sobre a complexidade das relações humanas e territoriais.

REFERÊNCIAS

ALINE, A. et al. OFICINA: PROPOSITURAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA. [s.l: s.n.]. Disponível em<https://editorarealize.com.br/editora/anais/sernegra/2023/TRABALHO_COMPLETO_E_V197_MD3_ID85_TB17_18122023111754.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2024.



ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A Geografia, a África e os Negros Brasileiros. In: MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o Racismo na escola. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2005. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=103321.

BRASIL.Ministério da Educação. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003.Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 22 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Dispõe sobre a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 22 jan. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Parecer nº 3, de 10 de março de 2004. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.Diário Oficial da União, Brasília, 19 de maio de 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 22 jan. 2021.

COUTO, Aiala Colares Oliveira. A questão racial e a Geografia escolar crítica: caminhos para uma educação antirracista. Revista GeoSertões, v. 5, no 10, jun./dez. 2020. Disponível em: <https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/index>. Acesso em: 31 mai. 2021.

NERI, Antonio Avelar Macedo. Et al. Estágio entre teto e piso: Iniciando a docência e a identidade profissional. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 02, Vol. 03

OLIVEIRA, Rafael Cícero. Por uma Geografia da África: elementos para uma educação étnico-racial. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12.,2009. Anais. Montevideu-Uruguai: EGAL,2009. p.1-14.

QEDU. ANTONIO ANISIO DA FROTA CAIC ESC CID: Ideb. Disponível em: <<https://qedu.org.br/escola/23211130-antonio-anisio-da-frota-caic-esc-cid/ideb>>. Acesso em: 14 set. 2024.

RODRIGUES, Cintia Regina. A lei 11.645/08 e os seus desdobramentos para a questão indígena nas práticas educativas. Revista Interletras, v. 6, Edição número 24, 2017.

SANTOS, Renato Emerson dos. O ensino de geografia no Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da lei 10.639.In: Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil. (Org.). 2º edição. Belo Horizonte: editora Gutenberg, 2009.

SANTOS, Renato Emerson N. dos; SANTOS, Ronald Coutinho. Desafios para a implementação de uma educação antirracista no ensino de geografia: os conflitos na prática cotidiana de professores (ES). Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: “Geografias Negras”, p. 78-108, 2020